



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

9611

Presidente da Mesa Diretora: José Marcos Martins de Freitas

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Não votados e/ou não tramitados

Autoria: Fábio Neves Nunes

Data: 13/08/2019

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 97/2019. (NÃO VOTADO). Dispõe sobre o uso das bicicletas e o Sistema Cicloviário no Município, e dá outras providências.

Controle Interno – Caixa: 26.9

Posição: 60

Número de folhas: 07

Especie: PL
Categoria: Projeto de Lei / Proposta de Emenda
CX: 26-12
Ordem: 60
nº fls: 05



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 97/2019

AUTOR:

Ver. Fábio Neves Nunes

ASSUNTO:

Dispõe sobre o Uso da Bicicleta e o Sistema Cicloviário e dá
Outras Providências.

MOVIMENTO

- 1 -
- 2 -
- 3 - **Entrada em 13/08/2019**
Comissão Legislação e Justiça.
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 - *Entrada 13/08/19*
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PROJETO DE LEI Nº 97 /2019

DISPÕE SOBRE O USO DA BICICLETA E O SISTEMA CICLOVIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Montes Claros, APROVA:

Art. 1º. Esta lei regula o uso da bicicleta e o sistema ciclovitário, integrando-os aos sistemas municipal de vias e transportes, com a meta de utilização segura da bicicleta como veículo de transporte alternativo no atendimento às demandas de deslocamento e lazer da população.

Art. 2º. São Objetivos do sistema ciclovitário:

- I - Oferecer à população, a opção de se locomover de bicicleta em segurança no espaço urbano, mediante planejamento e gestão integrada ao sistema municipal de transportes, observando a hierarquia: o pedestre tem a preferência, seguido da bicicleta, do transporte coletivo e por último o veículo particular;
- II - Integrar o transporte individual não motorizado às modalidades de transporte público;
- III - Diminuir a poluição atmosférica e sonora, o congestionamento e promover a melhoria da qualidade de vida;
- IV - Promover o lazer ciclístico e a conscientização ecológica.

Art. 3º. Constituem o sistema ciclovitário:

- I - A malha básica de ciclovias, ciclofaixas e faixas bem como sua sinalização;
- II - Estacionamentos de curta duração;
- III - Bicicletários junto aos terminais, prédios públicos e demais pontos de fluxo da população.

Art. 4º. Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

- I - Ciclovía: via aberta ao uso público caracterizada como pista destinada ao trânsito exclusivo de bicicletas;
- II - Ciclofaixa: via aberta ao uso público caracterizada como faixa destinada ao trânsito exclusivo de bicicletas, demarcada na pista de rolamento ou calçadas por sinalização específica;

AV. DR. JOÃO LUIZ DE ALMEIDA, 40 - TEL. (38) 3690-5400 - CEP: 39.400-466 - MONTES CLAROS - MINAS GERAIS


Fábio Neves Nunes
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

III - Estacionamento de bicicletas: local público com equipamento ou dispositivo para a guarda de bicicletas a que sirva como ponto de apoio ao ciclista;

V - Bicicletário: Espaço com controle de acesso destinado ao estacionamento de bicicletas, podendo ser coberto ou ao ar livre.

Art. 5º. É obrigatória a destinação de local reservado para o estacionamento de bicicletas em toda e qualquer área pública que gere tráfego de pessoas e veículos, a ser determinado pelo Órgão Municipal de Planejamento.

Art. 6º. Nas novas vias públicas deverá ser implantado sistema cicloviário, conforme estudo prévio de viabilidade física e sócio-econômica, sendo considerado no mínimo a implantação de faixa compartilhada devidamente sinalizada.

§ 1º - Na elaboração de projetos e construção de praças e parques com área superior a 4.000,00m² (quatro mil metros quadrados), é obrigatória a inserção de sistema cicloviário e seus equipamentos complementares;

§ 2º - Nos casos em que a implantação da via implicar na construção de pontes, viadutos e abertura de túneis, tais obras também serão dotadas de sistemas cicloviários integrados ao projeto;

§ 3º - A implantação de ciclovias deverá ocorrer nos principais eixos de deslocamento da cidade (pontos potenciais de origem e destino dos ciclistas).

Art. 7º. Os novos equipamentos públicos municipais terão espaços reservados para bicicletas na forma de estacionamentos e/ou bicicletários.

Art. 8º. É permitido nas ciclovias e ciclofaixas, além da bicicleta:

I - Circular de cadeira de rodas;

II - Circular com ambulâncias, viaturas do Corpo de Bombeiros, da Polícia e da Defesa Civil, apenas em caráter de emergência, respeitando-se, acima de tudo, a segurança;

III - Patinar nas pistas onde sua presença não seja expressamente proibida, desde que se mantenha ao passo, na mão, alinhado à direita, e sem obstruir a ultrapassagem.

Art. 9º. São proibidos nas ciclovias e ciclofaixas:

I - O estacionamento e o tráfego de veículos motorizados, bem como qualquer obstrução ao trânsito;



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

- II - A utilização da pista, por veículos tracionados por animais;
- III - A utilização da pista por pedestres;
- VI - Conduta de ciclistas que coloquem em risco a segurança de outros cidadãos.

Art. 10. A inobservância das vedações estabelecidas nesta Lei, sujeita o infrator, ciclista ou não, às seguintes penalidades:

- I - Advertência oral ou escrita;
- II - Multa em valor não inferior a 03 UREFs-MC (Três Unidades de Referência Fiscais de Montes Claros);
- III - Remoção e apreensão da bicicleta;

§ 1º - A aplicação de penalidades será graduada segundo a natureza e a gravidade da infração e de suas conseqüências, nos termos do regulamento a ser instituído pelo Poder Executivo;

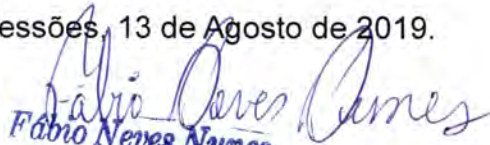
§ 2º - Os recursos oriundos das multas deverão ser destinados a programas de educação no trânsito para o respeito aos ciclistas e na sinalização, manutenção e implantação de ciclovias.

Art. 11. Fica instituído o dia 15 de Abril Dia do Ciclista.

Art. 12. As Secretarias Municipais, em especial as secretarias de Defesa Social e MCTRANS desenvolverá programas educativos, dirigidos a orientar e conscientizar motoristas, pedestres e ciclistas quanto ao uso da bicicleta, do sistema ciclovitário a das regras de segurança a serem compartilhadas entre eles.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação,.

Sala das Sessões, 13 de Agosto de 2019.


Fábio Neves Nunes
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
6 JUSTIÇA
EM 13 DE AGOSTO DE 2019
PRESIDENTE

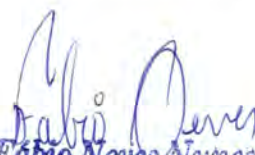


CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

JUTUFICATIVA

Nossa cidade de Montes Claros, assim como as capitais de Florianópolis e São Paulo, poderá ser referência na área de transportes em nosso estado de Minas Gerais. Pelo menos este é o objetivo da apresentação deste projeto de lei, que pretende resgatar a utilização da bicicleta no dia-a-dia, ordenar o trânsito e servir de modelo para outros municípios do estado. Dentre as principais medidas, destacam os projetos de manutenção nas redes locais de ciclovias e desestimular o uso excessivo do automóvel. Entretanto, para que sejam implementados é necessária a regulamentação por lei do uso da bicicleta e do sistema cicloviário. O principal objetivo é criar consciência ecológica e amenizar o estado crítico das fontes poluidoras, como nossa cidade. Para tanto convocamos nossos nobres pares para votar favoravelmente a este projeto.

Sala das Sessões, 13 de Agosto de 2019.


Fábio Neves Nunes
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 97/2019 QUE “Dispõe sobre o uso da bicicleta e o sistema cicloviário e dá outras providências.”, de autoria do Vereador Fábio Neves Nunes.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


O presente projeto tem como escopo regular o uso da bicicleta e o sistema cicloviário municipal.

A princípio o projeto trata de questões de interesse local, porém, interfere diretamente em assuntos de competência do Executivo Municipal, assim como cria novas despesas e obrigações para o Poder Executivo, inclusive multas para o próprio poder Executivo, não sendo, portanto, de competência deste Legislativo a iniciativa de referido projeto.

Em face ao exposto, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional e, infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 14 de agosto de 2019.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605